Presidência do Governo

Resolução do Conselho do Governo n.º 138/2021 de 1 de junho de 2021

O XIII Governo Regional tem vindo a trabalhar na definição de medidas de abertura da Região Autónoma dos Açores ao exterior, ainda no contexto da pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2, que conduz à doença COVID-19, sendo, após o termo do estado de emergência, necessário definir regras específicas e adequadas aos diferentes meios de chegada ao território regional, as quais devem considerar não só as novas regras instituídas a nível nacional, mas também a necessidade de promover uma dinamização sadia do setor do turismo.

As restrições à circulação de pessoas, a nível internacional, têm sido minimizadas, pelo que urge à Região Autónoma dos Açores, enquanto destino turístico, tomar medidas que permitam acompanhar esse processo, não perdendo a oportunidade de se posicionar como destino seguro e atrativo.

Esta é uma condição fundamental para potenciar a recuperação sustentada de todo o setor do turismo e, por inerência, da economia regional, aquando da efetiva retoma da atividade turística.

Um dos primeiros passos para a retoma da atividade turística prende-se com o início das operações de navios cruzeiro, na sua generalidade de pequena escala, com rotas circunscritas a territórios delimitados e com regras instituídas especificamente para esse fim.

Importa referir que a capacidade de acolher esta oportunidade, na Região Autónoma dos Açores, neste momento, afigura-se de vital importância para ganhar uma posição liderante no mercado de cruzeiros turísticos.

Nesse contexto, cumpre destacar a preparação do destino para a retoma segura da atividade turística e dar um sinal inequívoco, a todo o mercado, de que estão criadas as condições estruturais para projetar os Açores como destino de eleição no paradigma pós-pandémico, não só promovendo a reativação gradual do setor do turismo no imediato, mas, sobretudo, alavancando as perspetivas para as próximas épocas e anos.

Assim, nos termos das alíneas a) e d) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, da Lei de Bases da Saúde, aprovada pela Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro, nomeadamente Bases 34 e 35, e do Regulamento Sanitário Internacional, nas disposições aplicáveis, o Conselho do Governo resolve:

1. Autorizar a acostagem e fundeadouro de navios de cruzeiro nos portos da Região Autónoma dos Açores.
2. Aprovar em anexo à presente resolução, da qual faz parte integrante, as regras específicas de acostagem e fundeadouro de navios de cruzeiro nos portos da Região Autónoma dos Açores.
3. A presente resolução produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo, em Ponta Delgada, em 27 de maio de 2021. - O Presidente do Governo, *José Manuel Bolieiro*.

ANEXO

[a que se refere o n.º 2 da Resolução]

Regras específicas de acostagem e fundeadouro de navios de cruzeiro nos portos da Região Autónoma dos Açores

1. Os passageiros dos navios de cruzeiro referidos no n.º 1 da resolução devem ter realizado um teste de despiste ao SARS-CoV-2, realizado pela metodologia RT-PCR, em laboratório certificado pelas autoridades nacionais ou internacionais, com resultado negativo, nas 72 horas antes do embarque no navio no primeiro porto (*Homeport*).
2. O embarque, desembarque e a vinda a terra de passageiros e tripulação dos navios de cruzeiro mencionados no n.º 1 da resolução são realizados em regime de "bolha", isto é, exclusivamente em excursões previamente organizadas pelo armador ou operador do navio de cruzeiro, durante a realização das quais devem ser minimizados os contactos com a população local, não sendo autorizadas saídas "livres", nem excursões privadas.
3. As excursões mencionadas no número anterior, realizadas em regime de "bolha", devem ser organizadas por operadores com a capacidade para assegurar a provisão do serviço à totalidade do grupo, evitando a dispersão por vários agentes e minimizando o contacto com elementos locais.
4. Aquando da chegada dos navios aos portos de desembarque na Região Autónoma dos Açores, a Autoridade de Saúde Regional assegura a realização de testes rápidos ou designados antigénicos (Testes AG), em articulação com a Autoridade Portuária.
5. Só são autorizadas as vindas a terra aos passageiros que apresentem resultado negativo e quando verificado o disposto nos n.ºs 2 e 3 (realização de excursões em conceito "bolha").

6. A realização de testes rápidos ou designados antigénicos (Testes AG), a bordo dos navios de cruzeiros, deve ser executada antes do desembarque nos portos da Região Autónoma dos Açores, pela equipa de saúde do cruzeiro, sendo apenas aceites os resultados de testes devidamente certificados.
7. Compete ao armador ou operador do navio de cruzeiro apresentar o plano das excursões que pretende efetuar nas diferentes ilhas da Região Autónoma dos Açores, para prévia validação da Autoridade de Saúde Regional.
8. As excursões programadas para os passageiros dos navios de cruzeiro têm que ser exclusivas para o grupo respetivo e devem cumprir com as determinações seguintes:
 - a) A lotação dos veículos de transporte não fica limitada à regra de 2/3, atendendo à exclusividade da operação e ao facto do grupo permanecer junto no cruzeiro antes e depois da excursão, bem como no decorrer da mesma;
 - b) O local das refeições deve promover a separação física entre estes passageiros e os outros utilizadores do estabelecimento (turistas ou habitantes locais), pelo que o responsável pelo estabelecimento deve assegurar que o grupo de passageiros proveniente de um navio de cruzeiro fique instalado numa sala distinta dos demais utilizadores ou, na impossibilidade de separação de salas, que o estabelecimento seja encerrado ao público durante a permanência daquele grupo;
 - c) Sempre que possível, a entrada em locais de visita turística deve ser realizada em exclusividade, de modo a minimizar o contacto com outros turistas e habitantes locais, implicando um

trabalho de agendamento prévio por parte do armador ou operador do navio de cruzeiro;

- d) Em locais de visitação em espaço natural, com ou sem infraestruturas de suporte, como miradouros, é responsabilidade do operador assegurar que não existe dispersão do grupo nem a aproximação de elementos do mesmo a outros grupos ou utilizadores;
- e) A participação em atividades de animação turística e cultural deve ser realizada em exclusividade para o grupo, de modo a minimizar o contacto com outros turistas e habitantes locais, implicando um trabalho de agendamento com, pelo menos, 5 dias de antecedência, por parte do armador ou operador do navio de cruzeiro;
- f) O uso de máscara social é obrigatório em qualquer circunstância, de acordo com a legislação em vigor e com as orientações da Autoridade de Saúde Regional, excetuando no decorrer da participação em atividades desportivas.

9. Todos os profissionais de turismo locais, incluindo guias, motoristas, empregados de mesa/bar, entre outros, devem realizar testes rápidos ou designados antigénicos (Testes AG) antes do contacto com o grupo de passageiros proveniente de navio de cruzeiro, ficando impedidos de contacto com o mesmo em caso de resultado positivo.

10. No caso do desembarque de passageiros numa das ilhas da Região Autónoma dos Açores, com o navio a operar em sistema de “bolha”, e que tenham como destino direto o aeroporto dessa ilha, não há a necessidade de apresentação de um teste de despiste ao SARS-CoV-2,

realizado pela metodologia RT-PCR, desde que toda a operação de desembarque decorra em coordenação com a Autoridade de Saúde Regional e com o respetivo aeroporto, de forma a serem providenciados espaços e áreas de circulação segregados, caso se trate de um ou mais voos charter ou outro dedicado para o efeito.